



TERMO DE REFERÊNCIA

MAIOR DESCONTO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE MODELAGEM TÉCNICA, ECONÔMICA-FINANCEIRA JUNTO AO MERCADO LIVRE DE ENERGIA ELÉTRICA, EM DECORRÊNCIA DA DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS (LEI 14.182/2021) E DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF, COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO.

JULHO/2023



ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	6
4.	O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	6
5.	ESCOPO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS	8
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	11
7.	CONHECIMENTO DO PISF	11
8.	PROPOSTA FINANCEIRA	11
9.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	12
10.	VALOR DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14
11.	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO	15
12.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	15
13.	REAJUSTAMENTO	16
14.	ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	16
15.	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	17
16.	APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS	19
17.	FISCALIZAÇÃO	21
18.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	23
19.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	24
20.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - CODEVASF	26
21.	MULTAS	26
22.	GARANTIA DE EXECUÇÃO	28
23.	MATRIZ DE RISCOS	29
24.	CONDIÇÕES GERAIS	29
25.	ANEXOS	30



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviço de Consultoria para realização de estudo de modelagem técnica, econômica-financeira junto ao mercado livre de energia elétrica, em decorrência da desestatização da Eletrobrás (Lei 14.182/2021) e do consumo de energia elétrica do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, com transferência de conhecimento, com vistas à sustentabilidade das operações no Mercado Livre de Energia.

1.1. Código SIASG – CATSER: 809 – CONSULTORIA / ASSESSORIA - ENGENHARIA

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

AGENTE DA CCEE – Concessionário, Permissionário ou Autorizado de serviços e instalações de energia elétrica, bem como os Comercializadores, Consumidores Livres e Consumidores Especiais integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL) - o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada para regular o setor elétrico brasileiro, por meio da Lei nº 9.427/1996 e do Decreto nº 2.335/1997;

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E INFRAESTRUTURA – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência, por intermédio da Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco (AD/GOI);

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CCEE) - pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica entre Agentes da CCEE, conforme Lei nº 10.848/2004;

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF;



CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO, no qual será efetuada a ENTREGA SIMBÓLICA da ENERGIA CONTRATADA onde as perdas entre os produtores e consumidores se igualam;

COMERCIALIZADOR - agente que compra e vende energia por meio de contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Livre - ACL, podendo vender energia a outros comercializadores, a geradores e aos consumidores livres e especiais, no próprio ACL, ou aos distribuidores por meio dos leilões de ajuste no Ambiente de Contratação Regulada – ACR;

COMISSÃO: comissão especial criada pelo COMPRADOR para coordenação e condução das atividades deste EDITAL Nº __/2023. É composta pelos funcionários da CODEVASF;

COMPRADOR: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA inserido na categoria de consumidor livre, pessoa jurídica de direito privado, com sede à SGAN Quadra 601 Lote 01, Brasília -DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.399.857/0001-26.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (CONTRATO): Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica a ser firmado entre o COMPRADOR e o PROPONENTE VENCEDOR do LOTE DE ENERGIA;

CONSUMIDOR LIVRE - consumidor, cuja demanda mínima seja igual a 3.000 kW, que pode escolher seu fornecedor de energia elétrica (gerador e/ou comercializador) por meio de livre negociação;

CONSUMIDORES SIMILARES AO PISF – para efeito deste TR são considerados consumidores similares ao PISF aqueles agentes consumidores livres ou especiais que consomem anualmente o mínimo de 20,00 MWmédio.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

CONTRATANTE – CODEVASF.

CONTRATO – documento, subscrito pela Codevasf e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante,



cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento destinado a estabelecer os tipos de normas a serem atendidas para fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para execução dos serviços e norma de medição e pagamento.

ENERGIA: Quantidade de energia ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

ENERGIA CONTRATADA: Montante em MWm (mega-watt médio) de ENERGIA a ser contratado pelo COMPRADOR e entregue pelo(s) VENDEDOR(ES), para o PERÍODO DE SUPRIMENTO, e colocada à disposição, pela(s) VENDEDORA(S), no PONTO DE ENTREGA;

FISCALIZAÇÃO – Empregado ou equipe da Codevasf designado para exercer em sua representação a fiscalização do contrato (coordenador do contrato).

LEI Nº 14.182, DE 12 DE JULHO DE 2021 – Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nos 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961.

LICITANTE – Empresa interessada em apresentar proposta para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

OPERADORA FEDERAL – entidade designada para exercer as funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura decorrente do PISF.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS): é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O PISF é um projeto de infraestrutura hídrica do País, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos, com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), que visa garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.



PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA e CONTRATANTE, para definição de todos os detalhes do plano de trabalho.

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: é o conjunto de regras comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL e de cumprimento obrigatório pelos agentes participantes do CCEE;

SISTEMA INTERLIGADO: instalações de geração, transmissão e distribuição, conectadas pela rede básica de transmissão, incluídas suas respectivas instalações;

SUBMERCADO: Subdivisões do mercado de energia elétrica, correspondentes a áreas do SISTEMA INTERLIGADO, para as quais são estabelecidos preços específicos, de acordo com as REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO;

TERMO DE PROPOSTA INICIAL e FINAL: documento por meio do qual o PROPONENTE VENDEDOR declara para todos os fins que aceita incondicionalmente os termos e condições deste EDITAL e seus anexos, e formaliza sua PROPOSTA INICIAL e FINAL.

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Forma de Realização: Licitação Eletrônica. A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

3.2. Modo de Disputa: Aberto

3.3. Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

3.4. Valor estimado: Público (Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU)

3.5. Critério de Julgamento: Maior desconto

3.6. Intervalo mínimo entre lances: R\$ 1.000,00 (mil reais)

4. O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

4.1. O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF tem o objetivo de garantir a segurança hídrica nas regiões



receptoras nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, de modo a aproveitar a infraestrutura de reservatórios existentes e em construção para regularizar o fornecimento de água buscando compensar os efeitos das secas.

4.2. O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) é a maior obra de infraestrutura hídrica do País, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos. Com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), o empreendimento visa garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente (fonte: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/entenda-os-detahes>).

4.3. O empreendimento engloba 13 aquedutos, nove estações de bombeamento, 27 reservatórios, oito subestações de 230 kV e uma de 69 kV, 270 km de linhas de transmissão de 230 kV, 257,64 km de linhas de 13,8 kV e quatro túneis.

4.4. As obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco passam pelos seguintes municípios no Eixo Norte: Cabrobó, Salgueiro, Terra Nova e Verdejante no estado de Pernambuco; Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti e Barro no estado do Ceará; em São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras no estado da Paraíba. Já no Eixo Leste, o empreendimento atravessa os municípios pernambucanos de Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia; e Monteiro, na Paraíba.

4.5. As estações de bombeamento e estruturas de controle do PISF são providas de sistemas auxiliares que permitem aos operadores o controle e o monitoramento dos sistemas, além de automatizar processos, aumentar a resiliência dos sistemas e fornecer proteção elétrica. O Sistema Adutor será operado por meio de Sistema Digital de Supervisão e Controle – SDSC, sistema eletrônico inteligente em rede e plataforma computacional.

4.6. Para prover energia elétrica aos sistemas do PISF, foram projetadas oito subestações 230/6,9kV e uma em 69/6,9kV, alimentadas por linhas de transmissão em 230kV e 69kV. Para a primeira etapa do empreendimento, são 105,02 MW de carga instalada somente considerando-se os motores das estações de bombeamento.

4.7. Ainda, para levar energia a estas subestações foram construídas linhas de transmissão em 230kV conectadas ao Sistema Interligado Nacional, a partir das subestações Bom Nome e Floresta II, ambas da Chesf, tendo sido esta última completamente construída pelo MI para atender ao PISF.

4.8. Portanto, em razão na forma como foi concebido, o PISF está caracterizado como Consumidor Livre, uma vez que sua infraestrutura elétrica possui capacidade instalada superior a 3 MW e tensão mínima atendida de 69 kV, conforme Resolução/ANEEL nº 376/2009 e art. 2º da Resolução/ANEEL nº 281/1999.

4.9. Para atender a demanda das atividades de pré-operação do PISF, a Codevasf promoveu de 2016 a 2022 leilões para compra de energia elétrica para prover os sistemas do PISF durante os exercícios anteriores a 2023.



4.10. Em 7 de fevereiro de 2023 foi publicada a RESOLUÇÃO ANA Nº 145, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023, que dispõe sobre o Plano de Gestão Anual – PGA referente ao ano de 2023 para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, no que diz respeito às disposições atinentes à ANA. Por meio desta resolução é possível realizar o cálculo do consumo de energia elétrica, adotado pela Agência Nacional de Águas – ANA para a operação do PISF com os dois Eixos Principais bombeando a vazão firme disponível outorgada.

4.11. Premissas operacionais do PISF: vazões bombeadas no horário de ponta e fora ponta, por 24h no dia, por 7 dias por semana, para ambos os eixos, visando atender à vazão outorgada igual a 26,40 m³/s, bombeando-se 16,4 m³/s para o Eixo Norte e 10 m³/s para o Eixo Leste.

5. ESCOPO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

5.1. O escopo dos serviços objeto deste Termo de Referência compreende a execução de serviços de planejamento e estratégia de venda do excedente ou compra de energia elétrica para abastecimento energético do PISF, o apoio/estudos da gestão do contrato entre a CHESF e Codevasf, de acordo com as regras de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e os serviços de informação e de transmissão de conhecimento para a Codevasf, buscando o aperfeiçoamento da gestão da energia elétrica no exercício das atribuições do Operadora Federal do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

5.2. Os serviços deverão ser executados com conhecimento pleno da legislação e normas relativas ao Setor Elétrico Brasileiro, bem como dos normativos da Codevasf, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Agência Nacional de Águas – ANA, relacionadas à região e ao PISF, levando-se em consideração as decisões de governo e a disponibilidade econômico-financeira do Empreendimento.

5.3. Os serviços a serem desenvolvidos objetivam propiciar flexibilidade operacional, sustentabilidade econômico-financeira e operacional do empreendimento e estão listados a seguir:

a) Planejar e formular as estratégias utilização de energia elétrica (curto, médio e longo prazo), identificando os potenciais de uso de energia elétrica no Mercado, para definir, juntamente com a Codevasf, o momento mais apropriado para venda/aquisição de energia elétrica;

b) Monitoramento de oportunidades e riscos no curto, médio e longo prazo;

c) Realização de cotações de energia no curto prazo e de projeções para médio e longo prazo e realizar a comparação com os contratos de energia da Codevasf;

d) Elaboração dos procedimentos necessários à compra ou venda do excedente de energia elétrica para o PISF, inclusive elaborando especificações para definição do produto a ser adquirido ou vendido (prazo de contrato, volume de energia, sazonalização, modulação ou flexibilização e garantias entre outros), e apoio à Codevasf na gestão da energia elétrica;

e) Simulação da previsão dos valores de liquidação financeira e aportes de garantia junto à CCEE;

f) Auxílio na gestão do aporte de garantias junto aos contratos de conexão e de suprimento de energia;



- g) Fechamento da posição mensal do consumo de energia elétrica;
- h) Identificação de falta ou excedente de energia, indicando providências e diretrizes para as novas contratações ou vendas de energia;
- i) Elaboração de relatórios mensais, com informações técnicas e administrativas relacionadas às estratégias de compra e operacionalização dos contratos junto à CCEE;
- j) Avaliação do perfil de consumo e dos prazos dos contratos, relacionando estes dados com os índices de correções de mercado;
- k) Análise das características de consumo de energia do PISF;
- l) Relatórios conforme cronograma de produtos descrevendo a evolução de consumo, valores pagos de energia e comparativos ambiente Cativo x ambiente Livre (projeção de uso);
- m) Análise e diagnóstico da situação da Codevasf (PISF) como agente Consumidor Livre no Ambiente de Contratação Livre informando sobre as atualizações legislativas, normativas e regulatórias;
- n) Acompanhamento à Codevasf, caso necessário em reuniões internas sobre discussões quanto aos processos institucionais vinculados à aquisição ou venda do excedente de energia, cumprimento de cronogramas e das metas para atendimento à operação do PISF;
- o) Transmissão de informação para transferência do conhecimento para a equipe da Codevasf, através de apresentações e minicursos de capacitação;
- p) Análise de viabilidade técnica/econômica para utilização da energia ou a venda no mercado livre, para adentes públicos no mercado de energia;
- q) Definição de estratégia de atuação no Mercado Livre relacionando o uso da energia, com o Plano de Bombeamento e as sobras ou déficits, o comportamento do mercado para as empresas públicas inseridas no mercado livre de energia;
- r) Acompanhamento do SCDE (Sistema de Coleta de Dados de Energia Elétrica) em conjunto com a Codevasf;
- s) Acompanhamento da Gestão dos dados no CliqCCEE (Registro de Contratos, Dados de Medição, etc.) em conjunto com a Codevasf;
- t) Informações de prazos e valores de Aporte de Garantia Financeira; Liquidação Financeira, Energia de Reserva e Contribuição Associativa CCEE;
- u) Visitas mensais para apresentação dos resultados e solucionando eventuais dúvidas e para realização das capacitações;
- v) Planejamento de estratégias, visando as melhores condições de risco-retorno na contratação ou venda de energia de curto e longo prazo devido à privatização da Eletrobrás;
- w) Avaliação periódica de perspectivas de evolução dos preços de energia do Mercado Livre (curto/longo prazo), através de Simulações dos modelos computacionais de preço para determinar cenários de preços;
- x) Apoio para definição de plano estratégico de suprimento de energia e nas negociações dos contratos de energia em conjunto com as áreas técnicas da Codevasf;
- y) Criação de modelagem de negócios relacionados ao uso, a compra e a venda de energia elétrica;
- z) Análises financeiras das atividades de compra ou venda de energia elétrica, com Simulação de cenários de balanço de energia (contrato CHESF - previsão de consumo);
- aa) Elaboração da modelagem final do processo de compra/venda de energia no mercado livre com a participação de uma empresa pública.

5.4. Os Relatórios mensais de trabalho, de Andamento e Parcial, deverão se constituir de relatórios que sintetizem as etapas e ações desenvolvidas, reunindo de maneira clara e concisa as atividades desenvolvidas para o efetivo funcionamento e sucesso do fornecimento/venda de energia elétrica.



5.5. Os Relatórios de Andamento deverão conter informações administrativas relativas ao contrato e os Relatórios Parciais conterão as informações técnicas, contendo **no mínimo**:

- a) Análise detalhada do contrato da Codevasf com a CHESF;
- b) Planejamento de contratação ou venda de energia elétrica (curto, médio e longo prazo) em contrato com o grupo Eletrobrás;
- c) Cotações de energia e da evolução do preço contratado no curto prazo e de projeções para médio e longo prazo;
- d) Elaboração dos procedimentos necessários à compra ou venda do excedente de energia elétrica para o PISF, inclusive elaborando especificações para definição do produto a ser adquirido/vendido (prazo de contrato, volume de energia, sazonalização, modulação ou flexibilização, garantias, entre outros), e apoio à Codevasf na elaboração de modelagem de compra/venda de energia elétrica;
- e) Relatórios gerenciais das atividades realizadas junto à CCEE;
- f) Simulação da previsão dos valores de liquidação financeira e aportes de garantia junto à CCEE;
- g) Fechamento da posição mensal do consumo de energia elétrica, com projeções de cenários;
- h) Identificação de falta ou excedente de energia, com a indicação das providências e diretrizes para as novas contratações ou venda de energia;
- i) Avaliação do perfil de consumo e dos prazos dos contratos;
- j) Situação do Ambiente de Contratação Livre com informações sobre as atualizações legislativas, normativas e regulatórias que impactam ou possam impactar direta ou indiretamente a Codevasf (PISF), como agente da CCEE, e as suas atuais e futuras contratações de energia elétrica;
- k) Monitoramento de oportunidades e riscos no curto, médio e longo prazo;
- l) Modelagem econômica – financeira das ações da Codevasf no mercado livre de energia;
- m) 1 (uma) atualização do modelo/estudos no 1º mês após homologação do modelo.
- n) Emissão de relatório final (modelagem) de recomendações/diretrizes de gerenciamento do portfólio (balanço de energia) considerando os riscos de preço e variação de consumo do PISF.

5.6. Por estratégia metodológica, os serviços necessários, objeto desta contratação, foram agrupados e deverão constar do Plano de Trabalho a ser apresentado pela Contratada. Os componentes do Plano podem ser elaborados concomitantemente, porém observando a precedência dos temas quando houver.

5.7. A atividade de informação e transferência de conhecimento técnico para a equipe da Codevasf consiste na apresentação de produtos compostos por: Relatório Específico, material audiovisual e apresentação conforme execução contratual. Serão elaborados 04 (quatro) produtos conforme detalhados no cronograma físico financeiro:



SEQ.	RELATÓRIO/SERVIÇO	MÊS
1	Relatório Mensal (Andamento e Parcial)(Modelagem Mercado de energia (Contrato x Consumo x Média Móvel)	1
2	Relatório Mensal (Andamento e Parcial)(Modelagem Arcabouço Orçamentário/Financeiro - Treinamento1/Apresentação	2
3	Relatório Final (Andamento e Parcial)(Modelagem Geral)/Treinamento 2/Apresentação Geral a Presidência	3
4	Relatório Final Atualização 1 do Modelo/Treinamento 3	4

5.8. A CONTRATADA deverá transmitir seu conhecimento, informando de forma simples e clara as atividades executadas no período anterior (cumulativamente), a metodologia aplicada ao planejamento e as atividades de apoio a Codevasf junto à CCEE.

5.9. As apresentações deverão ser feitas nas dependências da CONTRATANTE, em Brasília, nos dias e horários acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme datas estimadas no cronograma físico-financeiro do Plano de Trabalho aprovado. Os slides das apresentações devem ser previamente submetidos à fiscalização do contrato e as informações devem ser compiladas e entregues por meio de relatório específico.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2. As atividades deste termo de referência não poderão ser subcontratadas.

6.3. Participação de microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa.

6.3.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7. CONHECIMENTO DO PISF

7.1.1. A visita ao PISF não é necessária em razão da natureza das atividades a serem contratadas.

8. PROPOSTA FINANCEIRA

8.1. A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

8.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:



a) Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste TR, observando-se os preços máximos globais orçados pela Codevasf.

– Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência delas;

– Detalhar os salários e honorários praticados pela licitante e os percentuais acrescidos aos salários, para cobertura de encargos sociais e trabalhistas, despesas indiretas e outros encargos, bem como os percentuais relativos aos impostos incidentes sobre o valor total orçado. Para o cálculo do custo unitário da hora técnica, deverá ser considerada uma carga mensal de 176 horas/mês;

– Demonstrar os percentuais dos encargos sociais básicos previstos em Lei. Os grupos de encargos que recebem incidência e reincidência dos encargos básicos devem ser corretamente definidos. Aos segurados contribuintes individuais que prestam serviços em caráter eventual, sem relação de emprego, considerar 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração e 15% (quinze por cento) relativamente a serviços prestados por intermédio de cooperativas de trabalho, de acordo com o que dispõe a Lei 9.876, de 26 de fevereiro de 1999;

– Demonstrar os serviços pagos a preço unitário, tais como as despesas com viagens, serviços gráficos; detalhamento dos custos de administração e das despesas fiscais nos respectivos formulários e transportá-los para um a Planilha Resumo;

b) Detalhamento dos Encargos Sociais – Formulário no Anexo II.

c) Cronograma Físico-Financeiro dos itens principais da planilha de custos – Formulários no Anexo II.

8.3. A Proposta Financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO – PROFISSIONAL

9.1.1. A Licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter o profissional executado serviços de consultoria, envolvendo análise de cenários de comercialização de energia elétrica e definição de estratégias de compra no Ambiente de Contratação Livre para curto, médio e longo prazo para consumidores similares ao PISF, conforme item 2 deste TR.



9.1.2. Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:

- O empregado;
- O sócio;
- O detentor de contrato de prestação de serviço.

9.1.3. A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

9.1.4. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo dela.

9.1.5. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

9.1.6. Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões), em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s), se a profissão exigir; descrição técnica indicando os serviços e quantitativos executados, assim como o período.

9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO – OPERACIONAL

9.2.1. A licitante deverá comprovar experiência em serviços de consultoria, envolvendo análise de cenários de comercialização de energia elétrica e definição de estratégias de compra no Ambiente de Contratação Livre para curto, médio e longo prazo para consumidores similares ao PISF, que são aqueles agentes consumidores livres ou especiais que consomem anualmente o mínimo de 20,00 MWmédio.

9.2.2. A contratada deverá apresentar declaração de ente público ou privado que comprove ter executado serviços de consultoria, envolvendo análise de cenários de comercialização de energia elétrica e definição de estratégias de compra e/ou venda no Ambiente de Contratação Livre (para curto, médio e longo prazo) para consumidores e/ou geradores e/ou comercializadores e/ou varejistas similares ao PISF, que são aqueles agentes que demonstrarem o ter realizado a gestão da comercialização de mínimo de 20,00 MWmédio em um período de 1 ano (175.200 MW/ano).

9.2.3. Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões), em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s), se a profissão exigir; descrição técnica indicando os serviços e quantitativos executados, assim como o período.



9.3. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

9.3.1. Consultor Especialista em Inteligência de Mercado

a. Profissional com formação de nível superior com registro no respectivo conselho profissional da categoria, com experiência mínima de 10 (dez) anos em mercado livre de energia.

9.3.2. Consultor Especialista em Regulação do Setor Elétrico

a. Profissional com formação de nível superior com registro no respectivo conselho profissional da categoria, com experiência mínima de 10 (dez) anos em Regulação do Setor Elétrico.

9.3.3. Engenheiro de Sistemas Elétricos especialista em previsões do Mercado Livre

a. Profissional com formação de nível superior em Engenharia com registro no respectivo conselho profissional da categoria, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em previsões do mercado livre de energia.

9.3.4. Engenheiro - Análise de Mercado

a. Profissional com formação de nível superior em Engenharia com registro no respectivo conselho profissional da categoria, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em análise do mercado livre de energia.

10. VALOR DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global estimado para a execução dos serviços é de **R\$ 160.432,16 (cento e sessenta mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos)**, com data-base de abril de 2023, conforme o Anexo II – Orçamento de Referência, sendo o valor máximo global aceito pela CODEVASF.

10.1. Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e os preços de referência da Codevasf para os itens necessários à execução do objeto constam da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência.

10.2. Os quantitativos e preços unitários dos serviços constam da Planilha de Custos dos Serviços – Codevasf – Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.

10.3. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base SICRO – Sistema de Custos Referenciais de Obra do DNIT (outubro/2022), no Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE) (janeiro/2023), na Tabela Sudecap/MG - (fevereiro/2023), na Tabela Compesa/PE (janeiro/2023), EMOP – Empresas de Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro (Fevereiro/2023) e na Tabela de Diárias - Normativo Codevasf, não desonerado, atendendo ao disposto na Lei nº 13.303, de



30/06/2016, e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.

10.4. As despesas correrão à conta do Programa de Trabalho nº 18.544.2084.214T.0020 – Gestão, Operação e Manutenção – Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF - na Região Nordeste, categoria econômica 3 - despesas de custeio, sob gestão da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura – AD.

10.5. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência do contrato será de 6 (seis) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual.

11.2. O prazo para execução dos serviços do objeto deste TR será de 4 (quatro) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

11.2.1. A Ordem de Serviço será emitida pela CONTRATANTE após a reunião de partida e aprovação do Plano de Trabalho a ser apresentado pela CONTRATADA em até 10 dias úteis do início da vigência.

11.3. No prazo de vigência acima estão incluídos os prazos para análise e aprovação de relatórios.

11.3.1. A CONTRATANTE terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do seu recebimento, para análise e aprovação dos produtos. Caso os relatórios não sejam aprovados, a CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA, que terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para que devolva o relatório com as devidas correções e/ou alterações;

11.3.2. No caso da Minuta e Relatório Final, a CONTRATANTE terá o prazo máximos de 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação da Minuta do Relatório Final e a CONTRATADA terá o prazo máximos de 5 (dias) dias úteis para editar e entregar a versão definitiva.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos dos serviços serão efetuados em reais por eventos e relatórios recebidos e aprovados pela Fiscalização conforme Cronograma Físico-Financeiro abaixo (constante da Planilha de Custos dos Serviços – Codevasf – Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência).

12.2. Deverão ser obedecidos os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta e contra a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização da CONTRATANTE. A fiscalização da



CONTRATANTE autorizará a CONTRATADA a emitir os respectivos documentos de cobrança.

SEQ	RELATÓRIO/SERVIÇO	EVENTOS DE PAGAMENTO	MÊS
1	Relatório Mensal (Andamento e Parcial)(Modelagem Mercado de energia (Contrato x Consumo x Média Móvel)	E01	1
2	Relatório Mensal (Andamento e Parcial)(Modelagem Arcabouço Orçamentário/Financeiro - Treinamento 1/Apresentação	E02	2
3	Relatório Final (Andamento e Parcial)(Modelagem Geral)/Treinamento 2/Apresentação Geral a Presidência	E03	3
4	Relatório Final Atualização 1 do Modelo/Treinamento 3	E04	4
PREÇO GLOBAL			

12.2.1. A Codevasf somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, pagará pela incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico-financeiro e atualização financeira.

12.3. O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deverá ser atualizado em função da Ordem de Serviço e apresentado no primeiro evento designado Plano de Trabalho.

13. REAJUSTAMENTO

13.1. Os preços de todos os itens de planilha orçamentária permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados de acordo com a variação do índice setorial publicado na revista "Conjuntura Econômica" - índice referente à coluna 39 da FGV – Consultoria, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I1 = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

14. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. A fiscalização e a CONTRATADA deverão manter a necessária comunicação durante a execução do contrato, objetivando a otimização dos prazos e um melhor acompanhamento dos trabalhos. As comunicações devem ser preferencialmente formalizadas por meio de cartas e/ou mensagens eletrônicas.

14.2. A CONTRATADA apresentará o Plano de Trabalho, em até 10 dias úteis do início da vigência, com o cronograma físico-financeiro, atualizado, e com a descrição e metodologia de apresentação dos demais eventos/relatórios do contrato, para aprovação pela CONTRATANTE em até 3 dias úteis, indicando o responsável por evento e a respectiva equipe técnica.

14.2.1. O cronograma físico-financeiro deverá conter as datas previstas para o início e término de cada etapa de trabalho, relacionando-os com as datas e valores dos



pagamentos parciais (cronograma financeiro), bem como deve prever as datas para a realização de reuniões e apresentações.

14.3. A CONTRATANTE terá direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso aos locais de trabalho, para obtenção dos esclarecimentos julgados necessários à execução destes, tendo como base a relação de serviços previstos na proposta e seu respectivo cronograma, instrumentos gerenciais para se alcançar os objetivos previstos.

14.4. A CONTRATADA terá ampla liberdade para subdividir os trabalhos em diversas atividades, desde que harmonizadas num planejamento integrado e conforme o Cronograma físico-financeiro.

14.5. O cronograma físico-financeiro poderá ser revisto a qualquer tempo, desde que aprovado entre as partes, sem que isto constitua motivo para a prorrogação do prazo de vigência de contrato, e nem acarrete mudanças no prazo final estabelecido.

14.5.1. Os prazos para análise, pela fiscalização da Codevasf, dos relatórios e documentos apresentados, conforme especificado no Item 11, deverão estar previstos no cronograma. A CONTRATADA deverá considerar este fato de forma que os serviços não sofram solução de continuidade.

14.6. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à CONTRATADA.

14.7. As reuniões extraordinárias a serem realizadas entre a CONTRATADA e a fiscalização devem ser previamente agendadas e registradas em ata formalizada e objetivam discutir problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos, sendo que:

- a) A fiscalização poderá convocar quantas reuniões julgar convenientes;
- b) A CONTRATADA realizará exposições complementares e específicas sobre o desenvolvimento dos serviços relativos aos temas previstos, inclusive acerca de suas propostas sobre alternativas envolvidas no prosseguimento dos trabalhos, bem como sobre os seus requerimentos de orientações;
- c) A fiscalização comunicará à CONTRATADA as orientações necessárias ao desenvolvimento dos serviços referentes às matérias contidas na agenda da reunião, preferivelmente no decurso desta ou no prazo estabelecido por ela.

14.8. A fiscalização e a CONTRATADA estabelecerão procedimentos detalhados, com o objetivo de sistematizar o desenvolvimento do contrato, principalmente no que se refere à preparação e atualização dos programas de trabalho, comunicações, fiscalização e faturamento.

15. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

15.1. A CONTRATADA emitirá relatórios para cada evento concluído, conforme cronograma físico-financeiro. Serão elaborados e entregues os relatórios mensais de



Andamento e Parciais, Relatórios Específicos relativos às atividades de informação e transferência de conhecimento e, excepcionalmente, os Relatórios Extraordinários.

15.2. Os Relatórios de Andamento e Parciais deverão ser entregues até o 5º dia útil do mês subsequente. Os Relatórios Específicos, conforme prazos estabelecidos no Plano de Trabalho. E os Relatórios Extraordinários, conforme a necessidade.

15.3. Os Relatórios de Andamento do contrato deverão conter informações da situação física e financeira do contrato em andamento (cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções de prazos e custos).

15.4. Os Relatórios Parciais deverão conter informações relativas ao planejamento para compra ou venda do excedente de energia elétrica de curto prazo, médio e longo prazo, assim como as informações relativas ao assessoramento na gestão de contratos e à representação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com as informações referentes às fontes de dados, metodologias, memórias de cálculos e especificações técnicas adotadas, memórias de cálculo e avaliação crítica dos dados disponíveis. A estratégia das ações propostas para médio e longo prazo deverá ser apresentada cumulativamente ao longo dos meses até a compilação na minuta e no Relatório Final.

15.5. Os Relatórios Específicos deverão conter as informações relativas à informação e transferência de conhecimento, com as informações referentes às fontes de dados, metodologias, memórias de cálculos e especificações técnicas adotadas, memórias de cálculo e avaliação crítica dos dados disponíveis. Esses relatórios serão acompanhados de material audiovisual e de apresentação das informações em Brasília, por meio de reuniões previamente agendadas, conforme cronograma físico-financeiro, para público a ser definido pela fiscalização.

15.6. Os Relatórios Extraordinários são aqueles não previstos no Plano de Trabalho – PT por causa da natureza de imprevisibilidade de suas informações. Esses relatórios equivalem ao resultado do monitoramento de oportunidades e riscos no curto prazo, que demandariam ações rápidas por parte da Codevasf, ou qualquer outro assunto constante do escopo de serviços cujas informações devam ser prestadas imediatamente, sob pena de não atingimento dos objetivos esperados da contratação da consultoria.

15.6.1. O conteúdo do Relatório Extraordinário é parte integrante do escopo dos Relatórios Parciais, entregues mensalmente, contudo devido à necessidade de divulgação imediata das informações, que podem ser estratégicas, elas deverão ser adiantadas nesse relatório por meio de comunicação eletrônica (e-mail), devendo as informações ser incorporadas ao Relatório Parcial do mês subsequente;

15.6.2. O Relatório deve conter os dados do monitoramento e a proposição de ações a serem tomadas pela Codevasf com a devida orientação quanto à forma de operacionalização. No caso de oportunidades de venda do excedente de energia elétrica, o relatório deve conter informações relativas às especificações para definição do produto a ser vendido (prazo de contrato, volume de energia, sazonalização, modulação ou flexibilização, garantias, valores mínimos entre outros).



15.7. Os Relatórios Extraordinários não serão remunerados à parte, pois o seu escopo é parte integrante do escopo dos Relatórios Parciais. Portanto, o valor previsto para essas atividades está previsto nos valores pagos pelos Relatórios Parciais dos meses subsequentes.

15.8. Minuta do Relatório Final – relatório a ser apresentado, em forma de minuta, ao final dos serviços, com integração dos Relatórios Parciais, Específicos e Extraordinários, sintetizados, com ênfase nos resultados obtidos, evitando-se excesso de descrições e justificativas de metodologias, que deverão ser apresentadas em forma de anexos, juntamente com as memórias de cálculo.

15.9. Relatório Final – constitui a apresentação da versão final e definitiva da minuta do Relatório Final com as devidas correções e complementações indicadas pela fiscalização, a ser apresentado no prazo definido no cronograma a contar do comunicado de aprovação e/ou solicitação pela fiscalização.

15.10. Os produtos e relatórios devem ser apresentados em meio digital, em formato editável e não editável, conforme definido no item seguinte deste TR.

15.11. A CONTRATADA deverá exercer controle de qualidade sobre as informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos, objetivando clareza, objetividade, consistência das informações, justificativas de resultados, com texto isento de erros de português e de digitação.

15.12. Os relatórios apresentados dentro dos prazos previstos no cronograma físico-financeiro que não possuam conteúdo mínimo exigido e especificado no escopo deste Termo de Referência e conforme Plano de Trabalho não serão considerados como recebidos para fins de contagem de prazo e para pagamento.

16. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

16.1. Os trabalhos de natureza técnica deverão observar, preferencialmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnica - ABNT, podendo substituir estas por outras aceitas internacionalmente, desde que a CONTRATANTE considere as substituições equivalentes ou superiores.

16.2. Os relatórios, desenhos, memoriais, etc., deverão obedecer às unidades do Sistema Métrico Internacional. Se houver necessidade de citar outras unidades, os valores expressos nestas serão indicados entre parênteses, ao lado da correspondente unidade oficial.

16.3. Os relatórios e a documentação pertinente serão, obrigatoriamente, apresentados em Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.

16.4. Os documentos serão apresentados com as seguintes quantidades de vias:

a) Relatório de Andamento, Parcial, Específico ou Extraordinário, em formato eletrônico;



- b) Minuta do Relatório Final, em formato eletrônico;
- c) Relatório Final: em formato eletrônico.

16.5. A versão definitiva do Relatório Final deverá ser disponibilizada em formato eletrônico, incluindo textos, planilhas, desenhos, imagens, fotografias, etc., gerados em ambientes de trabalho e softwares compatíveis com os da CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA tenha preferência em gerar os trabalhos produzidos em softwares não disponibilizados pela CONTRATANTE, ficará obrigada a fornecer os originais deles, completos, com os respectivos manuais e garantias.

16.6. A composição e a sequência a serem obedecidas na apresentação dos documentos são as seguintes:

16.6.1. Capa (NBR 6029) - com os seguintes elementos: na parte superior, nome do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Codevasf; no centro, título do projeto e a etapa contratada e desenho ou foto (opcional); na parte inferior, do lado direito, o nº do volume (algarismo arábico) e o título do conteúdo, o nº do tomo (algarismo romano) e título do conteúdo e parte ou anexo (alfabeto) e título do conteúdo e o(s) nome(s) do(s) autor(es).

16.6.2. Lombada (NBR 6029) - deverá conter na horizontal: na parte superior, o nome Codevasf e sua logomarca; na parte inferior, o(s) nome(s) do(s) contratado(s), e logo abaixo o mês de publicação; e na vertical: título do projeto, a etapa contratada, o nº do volume (algarismo arábico) e título do conteúdo; o nº do tomo (algarismo romano), título do conteúdo e parte ou anexo (alfabeto) e título do conteúdo.

16.6.3. Folha de rosto - os elementos essenciais à identificação dos serviços ou da obra estão na Folha de rosto, que deverá conter os seguintes elementos: na parte superior, nome do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Codevasf; no centro, título do projeto e etapa contratada; na parte inferior, do lado direito, o nº do volume (algarismo arábico), e título do conteúdo, o nº do tomo (algarismo romano) e título do conteúdo e parte ou anexo (alfabeto) e título do conteúdo e, no rodapé, o mês da publicação e nome(s) do(s) autor(es).

16.6.3.1. No verso desta folha, deverá conter:

- a) Ficha catalográfica de acordo com as normas AACR2 - Anglo American Cataloguing Rules;
- b) Nome do contratante (Codevasf) por extenso, seguido da sigla, endereço, telefone, fax, endereço na internet e e-mail desta.

16.6.4. Índice Geral - deverá trazer cada volume/tomo e o título referente a cada estudo;

16.6.5. Sumário - deverá conter as principais divisões, seções ou partes do Volume, na mesma ordem em que a matéria é apresentada.

16.6.6. Listas - NBR 6029.



16.6.7. Apresentação - deverá conter esclarecimentos, justificativas ou comentários, a data da licitação, o nº do edital, o nº do contrato, data de assinatura, e conter uma breve explicação a respeito do conteúdo de cada volume que compõe o produto.

16.6.8. Texto - deverá conter introdução, corpo e conclusão.

16.6.9. Apêndices e Anexos (NBR 6029) - matéria acrescentada no final do documento, a título de esclarecimento ou complementação.

16.6.10. Referências Bibliográficas (NBR 6023) - elaboradas a partir do material consultado, devem vir dispostas em ordem alfabética.

16.7. Disposição - A documentação deverá estar disposta segundo os padrões enunciados a seguir:

16.7.1. Formatos de papel (NBR 5339): os textos, estudos, especificações, memórias de cálculo, etc. deverão estar em formato A4 e os desenhos e gráficos, se necessário, deverão ser produzidos em formato A3.

16.7.2. Paginação e Numeração: A numeração das páginas deverá ser feita a partir da primeira página impressa, excluída(s) a(s) capa(s) e deverá ser contínua e em algarismos arábicos.

16.7.3. Formulários e Tabelas: devem apresentar título e citações da fonte.

16.7.4. Numeração progressiva das seções de um documento (NBR 6024);

16.7.5. Referências: Indicar, em cada documento, as referências bibliográficas e aqueles que lhes são referentes.

16.7.6. Revisão de documentos: Os documentos revistos deverão ter indicação e apresentarem, em local específico, a descrição das alterações efetuadas.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado ou equipe formalmente designada, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato da Codevasf.

17.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.



17.3. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.

17.4. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

17.5. Checar se a CONTRATADA disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

17.6. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela CONTRATADA.

17.7. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.

17.8. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.

17.9. O fiscal do contrato deverá analisar os relatórios e documentos apresentados pela CONTRATADA, conforme os prazos estabelecidos no item 11.3, contados do dia seguinte do recebimento destes.

17.10. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à CONTRATADA.

17.11. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

17.12. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.

17.13. Receber e encaminhar ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de aditivo e de reequilíbrio econômico financeiro.

17.14. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

17.15. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de aditivos para prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto e de aditivos para



serviços extraordinários, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.

17.16. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.

17.17. Informar ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

17.18. Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.

17.19. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual e emitir Nota Técnica e encaminhar para a chefia imediata, instruindo com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor conforme contrato.

17.20. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.21. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias, assim como o prazo de vigência da garantia, se for o caso.

18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

18.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da garantia/caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no Termo de Referência, analisados e aprovados pela CODEVASF.

18.2. Após o término dos serviços objeto deste contrato, a contratada requererá à fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.

18.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela fiscalização um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

18.4. Após o recebimento provisório do objeto pela fiscalização, será designado servidor ou comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.



18.5. Na hipótese da necessidade de nova correção, o servidor ou comissão estabelecerá um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

18.6. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da contratada, possibilitando a liberação da garantia.

18.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela elaboração do projeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste termo de referência, por parte da contratada.

18.8. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o diretor ou gerente-executivo da área correspondente, no caso de contratos firmados pela sede, ou o superintendente regional, para os contratos firmados pelas superintendências regionais, emitirá, caso solicitado, o atestado de capacidade técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela contratada.

18.9. A contratada entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
- c) Liberação da Garantia/Caução Contratual.

18.10. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes do início da execução, o Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Cronograma físico-financeiro, detalhado e atualizado, contendo a descrição e metodologia de apresentação dos demais eventos/relatórios do contrato. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da CONTRATANTE e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização;

19.2. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília – DF.

19.3. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.



19.4. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a CONTRATADA deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5,0% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos quando aplicável).

19.5. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados da CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.

19.6. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.

19.7. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

19.8. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

19.9. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CONTRATANTE e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CONTRATANTE isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

19.9.1. Especial atenção para a responsabilização da CONTRATADA em relação às atividades decorrentes do apoio que possam trazer algum dano à Codevasf, como agente da CCEE;

19.10. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre as informações e resultados das atividades de planejamento e estratégia para a compra ou a venda do excedente de energia elétrica e assessoramento na representação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sob pena de penalidades administrativas decorrentes do descumprimento das cláusulas do contrato a celebrar, sem prejuízo de responsabilização civil ou penal.

19.11. A CONTRATADA será responsável, perante a CONTRATANTE, pela qualidade do total dos serviços, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais e legislação vigente.

19.12. A CONTRATADA entende e aceita que para a execução dos serviços objeto da presente licitação deverá atender ainda às seguintes normas complementares:

a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, em especial as normas relativas ao Setor Elétrico Brasileiro e os normativos decorrentes, tais como da CCEE;



b) Normas técnicas da ABNT.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - CODEVASF

20.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

20.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

20.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

20.4. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

20.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

20.6. Emitir parecer/nota técnica para liberação das faturas/notas fiscais, e receber os relatórios e produtos em conformidade com este Termo de Referência e com o contrato.

20.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

21. MULTAS

21.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

21.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

21.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

Inadimplências	Grau de Penalidade
----------------	--------------------



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco – AD/GOI

a) Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do registro no Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
b) Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
c) Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e canteiros de obras.	02
d) Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
e) Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

21.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

21.5. As multas aplicadas não poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão do artigo 141, alínea “b” do RILC.

21.6. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.

a) A multa será descontada da garantia prestada pela CONTRATADA;

b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;

d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da CODEVASF – AD/GOI o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

21.7. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

21.8. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da CODEVASF, que poderá rejeitar ou não a multa.

21.9. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

21.10. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.



22. GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à sua assinatura, por caução em dinheiro, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da CONTRATADA.

22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CODEVASF a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.

22.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na AD/GOI da CODEVASF, até a data da assinatura do contrato.

22.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor e com cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato.

22.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

22.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.

22.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

22.7. A ordem de serviço não será emitida antes do recolhimento da garantia contratual.

22.8. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

22.9. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.

22.10. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

23. MATRIZ DE RISCOS

23.1. A matriz de risco está apresentada no Anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

23.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Risco é da Codevasf.

23.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

23.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

23.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e garante ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

23.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

23.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

23.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

23.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

23.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

24. CONDIÇÕES GERAIS



24.1. Os resultados dos serviços, incluindo as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

24.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

25. ANEXOS

São ainda documentos integrantes deste Termo de Referência:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco – AD/GOI

-
-
- Anexo I: Termo da Proposta
- Anexo II: Planilhas de Custos
- Anexo III: Justificativas
- Anexo IV: Matriz de Riscos

Responsável pelas informações:

LUCIANO CAMPITELLI CONTI

Chefe da Unidade de Planejamento e
Monitoramento Técnico e Administrativo
do PISF - AD/GOI/UPT

De acordo:

RODRIGO MARQUES BENEVELI

Gerente de Operação do PISF
AD/GOI



Anexo I: Termo da Proposta

TERMO DA PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

À

Codevasf

SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I

CEP 70.830.901 – Brasília-DF.

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º ____/2023 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para Execução SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A VENDA DO EXCEDENTE DE ENERGIA ELÉTRICA, ASSESSORAMENTO NA GESTÃO DE CONTRATOS E NA REPRESENTAÇÃO JUNTO À CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF _____, para que a Codevasf tenha o devido suporte para desempenhar a atividade consultoria de energia elétrica no exercício da atribuição de Operadora Federal do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF com vistas à sustentabilidade das operações no Mercado Livre de Energia, pelo valor global R\$ _____, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS) ou pelo percentual de desconto ____%, de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo e condições fixados no Termo de Referência e Edital, a contar da data da emissão da ordem de serviço e no prazo de vigência do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data da assinatura do contrato, dentro do prazo de execução a contar da data da emissão da ordem de serviço.



Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, __/__/__, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à Codevasf o Sr. _____, carteira de Identidade nº _____, Órgão Expedidor _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos incidentes sobre os serviços e fornecimentos.

Atenciosamente,

LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco – AD/GOI

Anexo II: PLANILHA DE CUSTOS

PROPOSTA FINANCEIRA

(GRAVADA EM ARQUIVO SEPARADO)



Anexo III: Justificativas

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

Em 12 de julho de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.182 que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) definindo no parágrafo 6º do Art. 6º que: *“Em adição ao aporte especificado no caput deste artigo, as concessionárias de geração de energia elétrica localizadas nas bacias do Rio São Francisco, cujos contratos de concessão sejam afetados por esta Lei, deverão disponibilizar energia elétrica em um montante anual de 85 MWmed (oitenta e cinco megawatts médios), pelo prazo de 20 (vinte) anos, a partir da data de publicação desta Lei, pelo preço de R\$ 80,00/MWh (oitenta reais por megawatt-hora), a ser corrigido pelo IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, por meio de contrato específico diretamente ao Operador Federal das instalações do PISF.”*; (Peça 06 do processo 59500.002613/2022-15-e)

Em 31 de agosto de 2021, a Resolução nº 15 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE no inciso IV do parágrafo 1º do Art. 2º define: *“fornecimento de energia elétrica em um montante anual de 85 MW médios (oitenta e cinco megawatts médios), a ser entregue no Submercado Nordeste, a partir de 1º de janeiro de 2023, pelo prazo de vinte anos e ao preço de R\$ 80,00/MWh (oitenta reais por megawatt-hora), na data-base de 1º de janeiro de 2022, a ser corrigido anualmente pelo IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, por meio de contrato específico diretamente com o Operador Federal das instalações do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional PISF, nos termos do § 6º, art. 6º, da Lei nº 14.182, de 2021”*. E o parágrafo 2º do mesmo artigo estabelece que: *“Os novos contratos de concessão, de que trata o caput, no que tange à obrigação estabelecida nos termos do § 6º, art. 6º, da Lei nº 14.182, de 2021, deverão conter cláusula que permita ao Operador Federal das instalações do PISF definir o perfil de entrega da energia de que trata o § 7º, art. 6º da Lei nº 14.182, de 2021.”*. (Peça 18 do processo 59500.002613/2022-15-e)

Os instrumentos mencionados acima definiram que serão fornecidos pelos próximos 20 (vinte) anos um total de 85 MW médios para o PISF, entretanto, conforme Anexo I, o projeto ainda não consome o montante de energia elétrica disponibilizada pela Lei 14.182/2021.

Desta forma, o relatório final do Grupo Técnico de Trabalho constituído pela Decisão nº 1153/2022 recomendou *“que sejam faturados 85 MWm todos os meses durante o ano. Desta forma, a diferença entre a energia faturada e a realmente consumida será liquidada no mercado de curto prazo e creditada na conta de custódia (conta Bradesco).”*. (Peça 32 do processo 59500.002613/2022-15-e)

Em 30 de dezembro de 2022, foi assinado o contrato CCVE – 30/2022, celebrado entre a Codevasf e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), que possui por objeto estabelecer os termos e condições da compra e venda da ENERGIA CONTRATADA entre as PARTES. (Peça 54 do processo 59500.002613/2022-15-e)



Contudo, conforme e-mail do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Codevasf *“tendo em vista o longo prazo do referido instrumento, solicito que seja incluído previsão contratual de nova avaliação técnica e jurídica, em até 180 dias, quanto às possibilidades complementares em relação à liquidação da energia excedente da PLD proposta pelo Grupo de Trabalho, conforme recomendação do conselheiro representante do Ministério de Minas e Energia.”*. (Peça 52 do processo 59500.002613/2022-15-e)

Diante do exposto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em serviço de consultoria, com experiência no mercado livre de energia, para definir possibilidades quando a destinação do excedente de energia elétrica não consumida pelo PISF.

Regime de execução: Empreitada por Preço Global

Preço certo e total. O pagamento será de acordo com o valor de cada etapa/evento prevista no cronograma físico-financeiro.

Os serviços possuem um nível de detalhamento, que permitem uma quantificação precisa de todas as etapas da obra e, conseqüentemente, uma excelente orçamentação do objeto, diminuindo consideravelmente o nível de incerteza das medições a serem realizadas na obra, o que permite a escolha do regime de execução em Empreitada por Preço Global.

As medições serão feitas mensalmente, respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o Cronograma de Desembolso adotado e aceito pela Codevasf.

Participação de Consórcios

Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

Subcontratação

Todos os serviços previstos TR e seus anexos dizem respeito às atividades fins da contratada, sendo possível a execução direta pela mesma. Dessa forma justifica-se que **não será permitida a subcontratação.**

Critério de Julgamento: Maior Desconto, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado: Divulgado

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art.



34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Garantia de Execução

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Qualificação Técnica: Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a complexidade de execução e qualificação técnica exigida para sua realização. A exigência de experiência geral em serviços de consultoria, envolvendo análise de cenários de comercialização de energia elétrica e definição de estratégias de compra no Ambiente de Contratação Livre para curto, médio e longo prazo justifica-se pela necessidade de contratar empresas com profissionais experientes com consumidores similares ao PISF, que são aqueles agentes consumidores livres ou especiais que consomem anualmente o mínimo de 20,00 MWmédio. Dessa forma, os quantitativos mínimos exigidos atendem os termos da legislação vigente referente às exigências de capacidade técnica para fins de habilitação e são suficientes para demonstração de capacidade técnica.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco – AD/GOI

Anexo IV: Matriz de Riscos



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco – AD/GOI

MATRIZ DE RISCOS						
ITEM	RISCO	DEFINIÇÃO	ALOCACÃO (CODEVASF, CONTRATADA OU COMPARTI-LHADA)	IMPACTO (Alto, Médio ou Baixo)	PROBABILIDADE (Frequente, Provável, ocasional, Remota Ou Improvável)	MEDIDAS, PROCEDIMENTOS OU MECANISMOS PARA MINIMIZAR O RISCO
1	Necessidade de alteração do cronograma para execução dos serviços.	Dificuldades de atendimento ao cronograma e etapas.	CONTRATADA	Alto	Ocasional	A CONTRATADA deverá adequar equipe e realizar novo planejamento para cumprimento do cronograma.
2	Alteração do roteiro do trabalho de campo.	Mudanças de prioridades por solicitação da CODEVASF.	Compartilhada	Médio	Ocasional	A CONTRATADA deverá readequar o cronograma sem prejuízos ao prazo e resultado previsto inicialmente, sem acréscimos financeiros. A CODEVASF deverá retificar os prazos de entrega dos produtos sem aplicações de sanções.
3	Alterações nos trabalhos.	Solicitação ou requisição pela CODEVASF de alterações, salvo tais mudanças decorrem de não conformidade dos relatórios e produtos previstos na especificação.	CONTRATADA	Médio	Remota	Reorganização imediata dos trabalhos e prestadores dos serviços.
4	Lockdown	Paralisação da cidade, região ou estado de prestação dos serviços.	Compartilhada	Alto	Ocasional	Suspensão / Interrupção pela CODEVASF do contrato. A CONTRATADA acatará a contagem do novo prazo após o evento.
5	Interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória de realização dos serviços.	Compartilhada	Baixo	Remota	Suspensão / Interrupção pela CODEVASF do contrato. A CONTRATADA acatará a contagem do novo prazo após o evento.
6	Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária que altere os valores.	CODEVASF	Médio	Remota	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato.
7	Necessidade de substituição de prestador de serviço	Demissão por solicitação do prestador ou pela CONTRATADA.	CONTRATADA	Médio	Ocasional	Substituição em 5 (cinco) dias úteis do prestador de serviços.
8	Ações Trabalhistas	Erros, falhas ou gestão de pessoal pela CONTRATADA.	CONTRATADA	Alto	Remota	Comprovação pela contratada: Vínculos empregatícios de cada prestador de serviços; Pagamento de horas extras; Recolhimento do FGTS; Cumprimento de intervalo de intrajornada.
9	Risco de inflação	Variação de inflação em nível superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste dos ingressos ou de outros valores previstos no Contrato.	CONTRATADA	Médio	Remota	Empresa deverá arcar com a diferença até a data de repactuação.
10	Variação climática impeditiva de execução dos serviços.	Períodos de chuvas ou nublados acima da normalidade que impeçam a execução dos serviços e utilização dos equipamentos.	Compartilhada	Médio	Ocasional	Comunicar a CODEVASF para estabelecer novo prazo de entrega dos produtos, mas sem alteração dos quantitativos, custos ou aditivo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco – AD/GOI

11	Prazo de solicitação.	<i>Emissão de solicitação pela CODEVASF de nova demanda sem prazo suficiente de execução no contrato.</i>	<i>Compartilhada</i>	<i>Baixo</i>	<i>Remota</i>	<i>CODEVASF aditará o prazo de execução do contrato e a mediante aceitação da Contratada do novo prazo para executar os serviços.</i>
12	Atualização de norma.	<i>Atualização de norma da ABNT ou Instrução Normativa de Órgão federal sobre as execuções e apresentações dos produtos.</i>	<i>CONTRATADA</i>	<i>Médio</i>	<i>Ocasional</i>	<i>A CONTRATADA deverá atualizar os produtos e metodologias sem ônus ao instrumento contratual, tendo em vista que não há aumento de custos.</i>
13	<i>Alteração nas regras do Sistema Elétrico Brasileiro</i>	<i>Atualização das normas da ANEEL, CCEE ou ONS.</i>	<i>CONTRATADA</i>	<i>Alto</i>	<i>Remota</i>	<i>A CONTRATADA deverá atualizar os produtos e metodologias sem ônus ao instrumento contratual, tendo em vista que não há aumento de custos.</i>